

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2022-03-14

Deposited version:

Accepted Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Oliveira, L. T. de (2021). O 25 de Abril de 1974 em Portugal e no Mundo. In Maria Beatriz Rocha-Trindade e Rui Soares (Ed.), *Provérbios: uma linguagem sem fronteiras: ciclo de Conferências*. (pp. 64-85). Tavira: Associação Internacional de Paremiologia.

Further information on publisher's website:

--

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Oliveira, L. T. de (2021). O 25 de Abril de 1974 em Portugal e no Mundo. In Maria Beatriz Rocha-Trindade e Rui Soares (Ed.), *Provérbios: uma linguagem sem fronteiras: ciclo de Conferências*. (pp. 64-85). Tavira: Associação Internacional de Paremiologia.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

O 25 DE ABRIL DE 1974 EM PORTUGAL E NO MUNDO

A 25 de Abril, terminava a mais longa ditadura da Europa ocidental.

Tal como fez Samuel Huntington no seu livro *The Third Wave. Democratization in the Late Twentieth Century*¹, poderia começar por uma canção de José Afonso. De facto, na madrugada de 25 de Abril de 1974, a canção *Grândola, vila morena* passou na Rádio Renascença. Este sinal radiofónico significava a confirmação da operação militar há meses em preparação. Os militares do Movimento das Forças Armadas (MFA) saíram dos quartéis para desempenhar as suas missões e pôr fim ao regime do Estado Novo. Regressarei mais longamente ao *Grândola* adiante.

. CONTEXTO ANTERIOR AO 25 ABRIL

Que ditadura era esta²? Quais os seus eixos estruturantes, mantidos apesar da diversidade de conjunturas?

O regime ditatorial durava há décadas. A ditadura militar instalara-se em 1926, abrindo caminho ao Estado Novo, uma ditadura constitucionalizada, com a sua ideologia e prática nacionalista, autoritária, corporativa e colonial.

O Estado Novo impediu os partidos e os sindicatos livres, apoiando-se na censura prévia, na polícia política (PVDE/PIDE/DGS) e em organizações inspiradas pelo fascismo italiano, como a Mocidade Portuguesa e a Legião Portuguesa.

A derrota do nazismo alemão e do fascismo italiano na 2ª Guerra Mundial não trouxe a queda do Estado Novo. O regime continuou e foi mesmo um membro fundador da NATO. Contudo, efectuou algumas reformulações. Assim, por exemplo, permitiu a apresentação de candidaturas de oposição em épocas eleitorais, épocas estas nas quais se mantinham, contudo, a repressão e instrumentos como a censura e a polícia política. Outro exemplo de adaptações ao enquadramento internacional é a revisão da Constituição de 1933: para se tentar acomodar aos ventos da descolonização no mundo após a Segunda Guerra Mundial, substituiu-se a antiga designação de “colónias” (aplicada a Guiné, Angola, Moçambique, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, em África, Goa, Damão e Diu, Macau e Timor na Ásia e Oceânia) por “províncias ultramarinas”.

Nos anos 1960, apesar da manutenção do essencial, verificaram-se algumas transformações.

¹ Huntington, Samuel 1993, p. 3.

² Rosas, Fernando 2019; Rosas, Fernando 2013; Pinto, António Costa (coordenação) 2015; Cardoso, José Luis (coordenação) 2015.

Os portugueses emigraram massivamente para a França, Alemanha e outros países, diminuindo a população de Portugal entre 1960 e 1970. Estabeleceu-se uma nova relação com mercados europeus e reforçou-se um novo ciclo económico, com algum desenvolvimento, sendo que o patamar de partida era muito baixo.

Nesses longos anos 1960 que se prolongaram até 1974, reforçaram-se algumas correntes de oposição que vinham de trás como os comunistas. Os socialistas organizaram-se sob a forma de partido. Surgiram novas forças políticas: os católicos-progressistas, a esquerda radical, por exemplo. E verificaram-se lutas sociais - como a do movimento estudantil e as lutas dos trabalhadores das fábricas e dos serviços, formando-se, na clandestinidade, uma central sindical ainda hoje existente, a Intersindical.

Quando, em 1968, Marcelo Caetano substituiu Oliveira Salazar, o rosto principal do Estado Novo (também conhecido por regime salazarista), gerou-se uma expectativa de liberalização. Contudo, apesar da abertura inicial, as mudanças foram de rosto e de designações (a Censura passou a Exame Prévio, a Pide a DGS).

Para além disso, o país vivia sob o peso da guerra colonial em África. Esta começara em Angola em 1961, alargou-se à Guiné em 1963 e a Moçambique em 1964. Portugal mantinha, assim, uma guerra colonial em três teatros de operações descontínuos, dois dos quais com um território muito maior do que Portugal. Esta guerra exigia meios e homens, garantidos pelo Serviço Militar Obrigatório e pelo Quadro Permanente das Forças Armadas. Nas vésperas do 25 de Abril, o número de refractários e de desertores aumentava. O movimento estudantil e a oposição ao Estado Novo posicionavam-se contra a guerra colonial. Mesmo nas Forças Armadas, que durante décadas tinham sustentado o regime, surgiam dúvidas. Agudizava-se o problema da escassez de oficiais de carreira para enquadramento das forças militares; prolongavam-se e multiplicavam-se as Comissões Militares; a guerra eternizava-se, declarando a Guiné a independência em 1973 e piorando a situação em Moçambique. Aquando do 25 de Abril, a guerra já durava há 13 anos...

. A PREPARAÇÃO DO 25 DE ABRIL

Foi com este estado de coisas que o 25 de Abril pretendeu terminar, designadamente com a ditadura e com a guerra colonial³.

Num contexto de ausência de perspectivas para a Guerra Colonial que não podia ser vencida militarmente, desde o Verão de 1973 que oficiais subalternos pertencentes aos quadros permanentes se reuniam nas colónias e no continente, distanciando-se de um Congresso dos Combatentes, organizado pela extrema-direita militar, e contestando diplomas legais que permitiriam a sua ultrapassagem profissional⁴.

³ Rezola, Maria Inácia 2007; Reis, António, Maria Inácia Rezola e Paula Borges Santos (coordenação) 2016; Reis, António (coordenação) 1994; Ferreira, José Medeiros 1994.

⁴ Afonso, Aniceto 2014.

Este movimento dos capitães politizou-se e, apesar de terem sido suspensos pelo Estado Novo os diplomas legais que profissionalmente os prejudicavam, continuou. Meses mais tarde, e visando encontrar uma saída para a guerra colonial, o Movimento defendeu o fim do regime por meio de um golpe.

No interior deste movimento, que se veio a chamar Movimento das Forças Armadas (MFA), coexistiam várias sensibilidades. No MFA, havia oficiais próximos de Spínola, um general que recentemente se distanciara do regime, defendendo uma solução política e não militar para a guerra, solução esta que passaria por uma federação de estados autónomos, inspirada na *Commonwealth*. Pertenciam também ao núcleo duro do MFA oficiais que defendiam claramente o direito à autodeterminação e independência das colónias, sendo que, entre estes, havia oficiais de vários matizes, da direita moderada à esquerda.

Particularmente relevante para a caracterização deste movimento militar foi a existência de um Programa Político elaborado nas semanas anteriores ao golpe militar.

Na sua versão apresentada ao país no dia seguinte ao Golpe de Estado, o Programa terminava com os órgãos dos poderes legislativo e executivo do Estado Novo, criando uma Junta de Salvação Nacional, e acabava com a Mocidade Portuguesa e a Legião Portuguesa. Afirmava que a saída para a guerra era política e não militar. Preocupava-se com os portugueses mais desfavorecidos, defendendo uma estratégia antimonopolista. Terminava com a Censura e outros órgãos repressivos, afirmava a liberdade sindical e permitia associações políticas, propondo um governo civil em 3 semanas e eleições para uma Assembleia Constituinte no prazo de um ano. O que aconteceu.

E este Programa do MFA passou a ser parte da Lei Constitucional que norteou Portugal até à aprovação da Constituição de 1976.

. O 25 DE ABRIL

- Do golpe à Revolução

Ao fim da tarde do dia 25, o regime do Estado Novo tinha sido derrubado⁵.

Apesar da existência deste Programa Político, negociado entre oficiais de várias sensibilidades, Spínola quis imediatamente esquecer o Programa. Na noite de 25 para 26, os oficiais que tinham comandado as unidades militares envolvidas no golpe discutiram duramente com Spínola e outros militares que tinha ocorrido ao Posto de Comando do MFA. Dessas negociações resultou a modificação do Programa em alguns aspectos. Foram retirados do Programa a libertação de todos os presos políticos, o fim da polícia política nas colónias e o direito à autodeterminação das colónias⁶.

⁵ Carvalho, Otelo Saraiva de 1977; Contreiras, Carlos de Almada (coordenação) 2017.

⁶ Oliveira, Luísa Tiago de 2014a; Santos, Boaventura Sousa (organizador) 2004.

Porém, a acção dos oficiais mais à esquerda assim como a pressão da população, que ocorreu às ruas, à sede da polícia política e às prisões políticas, levou a que, na prática, todos os presos políticos fossem libertados e a polícia política tivesse acabado quer em Portugal Continental quer, mais tarde, nas colónias. Foi o *14 Juillet* português, a nossa tomada da Bastilha, isto é, um sinal inequívoco de ruptura, um corte simbólico com o regime anterior⁷.

A ditadura que existia há mais de 40 anos caíra, sem sangue, a não ser aquele que correu em torno da sede da polícia política devido aos disparos desta última, antes de se render.

No dia 1º de Maio, entretanto declarado feriado, a população voltou a sair à rua em manifestações enormes e num clima de alegria e vontade de participar em qualquer coisa de novo. Começara um processo revolucionário.

- Fases da Revolução? Ou de transição para a democracia?

Como vários outros processos revolucionários (como, por exemplo, o francês ou o russo), o português passou por várias fases, marcadas por jornadas revolucionárias⁸.

Assim, são marcos delimitadores das fases da revolução portuguesa acontecimentos/jornadas como o “28 de Setembro de 1974” e o “11 de Março de 1975” que consistiram em movimentações à direita (fundamentalmente dos apoiantes de Spínola) que foram vencidas, tendo-se saldado por viragens à esquerda. O “25 de Novembro de 1975” constitui outro marco da revolução portuguesa, mas desta vez o resultado foi o afastamento da área do poder das forças conotadas com o PCP e com a esquerda radical.

Na conjuntura revolucionária, sucederam-se 6 Governos Provisórios, tendo cinco deles membros do PPD, do PS e do PCP. Nesses dois anos, ainda sem uma nova Constituição, para além dos governos, o poder residia também em órgãos de poder como a Junta de Salvação Nacional, o Conselho de Estado e o Conselho da Revolução, sendo que este último era composto apenas por militares e se assumia com a “institucionalização do MFA”.

Com esta movimentação política, acompanhada por enormes movimentos sociais, coexistiu uma lógica eleitoral. Em 1975, decorreram eleições para uma Assembleia Constituinte com uma participação massiva.

Nesta Assembleia Constituinte, os partidos elaboraram uma Constituição: a de 1976. Já de acordo com esta Constituição, realizaram-se um conjunto de eleições, logo nesse ano, para a Assembleia da República, a Presidência da República, o poder local e autónomico nas Ilhas. Este ciclo eleitoral para todos os órgãos electivos então existentes

⁷ Oliveira, Luísa Tiago de 2014b; Faria, Ana Mouta 2014; Araújo, António 2019.

⁸ Rezola, Maria Inácia 2007; Reis, António, Maria Inácia Rezola e Paula Borges Santos (coordenação) 2016; Reis, António 1994; Ferreira, José Medeiros 1994.

representa, para Boaventura Sousa Santos, a “normalização constitucional”⁹. O processo revolucionário terminou, assim, em 1976.

Apesar dos seus poderes terem sido fortemente diminuídos pela Constituição de 1976 (isto é, ainda durante o biénio revolucionário), o Conselho da Revolução só veio a ser extinto na revisão constitucional de 1982¹⁰. Devido ao fim deste órgão militar e às revisões constitucionais em geral, alguns autores (como António Barreto e António Costa Pinto) apenas situam em 1982 o fim da “transição para a democracia”¹¹.

Porém, para se compreender o essencial do processo revolucionário português, é necessário atender ao enquadramento internacional, à questão colonial, às transformações económicas, às mudanças culturais e à forte movimentação social que o caracterizou. São algumas destas mudanças que vou agora abordar de forma temática.

. EIXOS DE MUDANÇA

- Democratização

Uma das mudanças óbvias introduzidas pelo 25 de Abril consistiu na democratização. Logo nos dias iniciais, não só a polícia política acabou efectivamente como todos os presos políticos foram libertados e todos os exilados, os desertores e refractários puderam regressar.

Na prática e na lei, alcançaram-se imediatamente as “liberdades fundamentais”, sempre reclamadas pela Oposição ao regime salazarista: as liberdades de expressão, associação e reunião.

Também os sindicatos se reestruturaram, mudando em muitos as direcções sindicais. Verificou-se um intenso debate em torno da unidade ou unicidade sindical, em que venceu a tese da unicidade sindical. A Intersindical-CGTP, em que os comunistas lideravam, tornou-se a única central sindical portuguesa.

Os partidos clandestinos passaram à legalidade e muitos outros se formaram, concorrendo 14 partidos às primeiras eleições livres.

A partir do zero, organizaram-se e decorreram eleições livres para uma Assembleia Constituinte em 1975, as primeiras eleições livres e com sufrágio universal em muitas décadas. Votaram 92% dos portugueses, a maioria dos quais pela primeira vez na sua vida, formando-se longas filas para as mesas eleitorais, cujas imagens correram mundo. O resultado era uma incógnita. Foram estes os partidos com assento parlamentar (PS - 38%; PPD - 26%; PCP - 12%; CDS - 8%; MDP – 4%, UDP – 1%, ADIM –

⁹ Santos, Boaventura de Sousa 1990. Este conceito foi sucessivamente retomado em obras posteriores.

¹⁰ Rezola, Maria Inácia e David Castaño 2021; Rezola, Maria Inácia 2006.

¹¹ Pinto, António Costa (coordenação) 2015.

1%); estes partidos, grosso modo, ainda hoje perduram e constituem a base do sistema partidário português.

Ainda hoje vigora em Portugal a Constituição de 1976 – apesar de já ter tido várias revisões¹².

Nascida numa Assembleia Constituinte, esta Constituição foi gerada num contexto revolucionário como muitas outras (lembre-se que a Revolução Francesa teve 3 textos constitucionais).

No caso português, a Constituição surgiu após mais de 40 anos de ditadura, sem um modelo inspirador preferencial, resultando de labor dos partidos presentes na assembleia (da Democracia Cristã a uma organização liderada por maoistas) com as suas propostas diferentes, num contexto de enormes movimentações sociais (em que a própria Assembleia Constituinte esteve cercada por uma manifestação) e no meio de fortes pressões internacionais no quadro da Guerra Fria, não estando os grandes do mundo seguros sobre o lado para o qual cairia Portugal.

A Constituição assume uma dupla legitimidade. Por um lado, a legitimidade dos órgãos eleitos; por outro, a legitimidade revolucionária. Propõe-se conciliar a “democracia representativa” com a “democracia participativa”. Exprime a valorização do Estado de Direito e dos direitos e liberdades fundamentais (inscrevendo-se numa matriz demo-liberal). Expressa também o objectivo de “assegurar a transição para o socialismo mediante a criação de condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras” (manifestando uma vontade socialista e uma preocupação igualitária e de solidariedade social). Para além disso, fruto do tempo, contém inúmeros artigos com um cunho anticolonial.

- Descolonização

Se a guerra colonial desencadeou a génese do MFA e, portanto, originou o 25 de Abril, a guerra não acabou imediatamente. Apesar de falarem de paz e da necessidade de solução política, as proclamações iniciais do novo poder e o Programa anunciado ao país, não reconheciam o direito à auto-determinação das colónias.

Efectivamente, tal como tinha escrito anteriormente e defendido no próprio dia do golpe militar, levando à modificação do Programa do MFA, o general Spínola, novo presidente da República, desejava a continuidade possível, isto é, uma solução federalista para Portugal e colónias e, num prazo a definir, com um referendo às populações residentes nesses territórios, incluindo os colonos.

Não era essa, obviamente, a posição dos movimentos de libertação das colónias portuguesas em África, nem a vontade dominante dentro do MFA, nem a dos partidos portugueses do centro e da esquerda. Também não era o desejado por boa parte da população que se manifestou imediatamente contra a continuação da guerra,

¹² *A Prova do Tempo. 40 anos de Constituição* 2016.

ocorrendo poucos dias depois um boicote ao embarque para as colónias de soldados que deviam substituir outros para que estes últimos pudessem regressar.

Perante a ausência de declarações oficiais do reconhecimento do direito à independência das colónias, os dirigentes dos movimentos de libertação, em armas há vários anos, intensificaram os combates. O impasse prolongava-se: Spínola queria o cessar-fogo antes de quaisquer negociações; os movimentos de libertação queriam o reconhecimento do direito à independência, antes do cessar-fogo.

Assim, apesar de alguns casos de confraternização entre exércitos adversários no terreno e apesar de negociações informais, a guerra prosseguiu. Foi principalmente a declaração de Spínola de Julho de 1974 (de reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação, incluindo a independência), que pôs termo à guerra, num quadro já de negociações formais em que os interlocutores africanos eram os movimentos de libertação, reconhecidos pela OUA como legítimos representantes dos seus povos por terem pegado em armas - e não outros grupos entretanto surgidos.

Apesar dos percalços advindos de oposições dos colonos assim como da existência de combates depois do 25 de Abril, as colónias africanas tornaram-se independentes¹³.

A independência da Guiné-Bissau, já havia sido declarada a 10/9/1973 nas zonas libertadas, foi reconhecida por Portugal no Verão de 1974. O PAIGC, que chefiou o novo país, veio a liderar também o arquipélago de Cabo Verde, cuja libertação ocorreu a 5/7/1975. Nesse ano, a 25 de Junho, Moçambique tornou-se independente sob a liderança da FRELIMO, S. Tomé e Príncipe a 12 de Julho, e Angola, onde coexistiam 3 movimentos de libertação e que já estava em guerra civil, saiu finalmente do domínio português a 11 de Novembro – bem perto, pois, da jornada do 25 de Novembro de 1975.

Ficou por concluir o processo da independência de Timor-Leste, na Oceânia, também a braços com uma guerra civil, pouco depois invadido pela Indonésia.

Nas colónias de África, especialmente em Angola e Moçambique, viviam muitos portugueses. A grande maioria veio para Portugal, em pontes aéreas e por barco, ao longo de 1974 e 1975. Assim, Portugal e ilhas viram aumentar a sua população em mais de meio milhão de pessoas. Ficaram conhecidos como “retornados”, apesar de uma parte deles já ter nascido em África e haver famílias africanas de colonos portugueses. Dum modo geral, o seu processo de integração na sociedade portuguesa correu razoavelmente bem, não chegando a constituir-se como grupo de pressão. Um factor de explicação deste facto residirá na sua dispersão pelo território, e não na sua concentração. Outro factor virá das políticas públicas de apoio que se caracterizaram pelo crédito (isto é, uma aposta no futuro) e não pelas indemnizações (isto é, no passado). Para além disso, os retornados constituíam um grupo empreendedor e

¹³ Jerónimo, Miguel Bandeira e António Costa Pinto 2014; Pinto, António Costa 2001; Macqueen, Norrie 1998.

qualificado, em larga medida com ligações a Portugal, o que contribuiu para este sucesso¹⁴. Trouxeram também outros costumes, um maior gosto do corpo e do ar livre.

- Nova relação com o mundo

Desde há vários séculos que Portugal tinha Império e colónias. Com o 25 de Abril, essa situação terminou e sem graves crises de identidade.

A relação de velho tipo entre Portugal e África acabou, mas tardou em estabelecer-se outra nova, só sendo possível tal depois da entrada de Portugal na CEE, a partir da qual o país passou a funcionar de algum modo como placa giratória nas relações entre a Europa e África. Já com a Ásia, à semelhança do que fazia com o resto do mundo, Portugal pode normalizar as relações, resolvendo o conflito em torno das antigas possessões portuguesas na Índia.

Na conjuntura revolucionária, o Terceiro Mundismo esteve muito em voga e chegou mesmo pensado com alternativa aos dois blocos. Também o foi devido às dúvidas existentes sobre o interesse da CEE, sendo o PS um grande impulsionador da ligação à Europa. Só em 1977, o 1º Governo Constitucional, deste Partido, pediu a entrada na CEE.

Apesar da radicalização à esquerda e dos protestos contra a NATO na conjuntura revolucionária, Portugal permaneceu na aliança de que fora fundador.

Se fosse necessário escolher uma só ideia para caracterizar o novo estatuto de Portugal no concerto das nações em 1976, esta deveria ser a da normalização das relações com o mundo, tornando-se um parceiro respeitado no âmbito da ONU e das organizações do seu universo¹⁵.

Não obstante a normalização representar a característica dominante da nova situação diplomática do Portugal, não foram pouco os sobressaltos ocorridos durante o biénio revolucionário num mundo em Guerra Fria¹⁶. A URSS parece não se ter querido envolver demais na realidade portuguesa, embora tenha mantido sempre o seu apoio ao PCP. O temor de que a “esquerda não-democrática” avançasse demais preocupou a NATO, os EUA, a Europa e Espanha, que interferiram na situação política portuguesa: não o fizeram pela via do envio de tropas (como poderia ter ocorrido aquando do assalto à Embaixada da Espanha no estertor do regime de Franco); mas apoiaram os partidos que se opuseram a Vasco Gonçalves, ao PCP e à esquerda radical, havendo mesmo sectores que apoiaram redes bombistas.

O 25 de Novembro de 1975 evitou maiores afrontamentos entre o mundo bipolar em Portugal.

- Transformações económicas

¹⁴ Pires, Rui Pena 2003.

¹⁵ Teixeira, Nuno Severiano 2015.

¹⁶ Gomes, Bernardino e Tiago Moreira de Sá 2008.

Sendo o biénio 1974-1976 uma conjuntura revolucionária, eram previsíveis e inevitáveis grandes transformações económicas¹⁷.

Modificaram-se relações de força, havendo representação de trabalhadores em órgão de gestão das empresas e, nalgumas, aquilo que se chamava “controle operário”. Muitas empresas ficaram em autogestão, quer na sequência de problemas laborais quer da ida de empresários para o estrangeiro.

Aumentou bastante o Terceiro Sector, em especial cooperativo.

Após o golpe de 11 de Março de 1975, o Estado nacionalizou boa parte das actividades bancárias e seguradoras; mais tarde, no Verão Quente, nacionalizou empresas de transportes e algumas indústrias transformadoras, surgindo, assim, um forte sector empresarial do Estado.

Não obstante esses anos terem sido de inflação, com a subida de salários e com a inovação generalizada de 14 salários por ano, o nível de vida dos portugueses melhorou substancialmente. Para além disso, com a criação do salário mínimo nacional e do subsídio de desemprego, era possível olhar para a vida de outra maneira. As famílias preocupam-se mais com o presente: compraram frigoríficos, máquinas de lavar roupa, carros e outros bens.

Sentiu-se muito esta mudança no mundo urbano, mas também no mundo rural, nomeadamente devido à Reforma Agrária.

No Sul de Portugal, tal como acontecera depois da legislação de 1834, a terra mudou de mãos. Desta vez, expropriaram-se as herdades com uma pontuação mais elevada (devido à área ou por estarem desaproveitadas). Constituindo-se, nessas áreas, Unidades Colectivas de Produção e Cooperativas, os trabalhadores da região (que eram sobretudo eventuais) passaram a ter garantia de emprego.

- Movimentos sociais

Nos dois anos que se seguiram ao 25 de Abril, Portugal viveu uma revolução com todas os acontecimentos inesperados, as dificuldades, os percalços e os saltos que as caracterizam, por mor da acção das pessoas e dos vários grupos políticos e sociais¹⁸.

Reivindicaram-se direitos há muito conseguidos noutros países, como o direito à greve. Tal como verificado aquando da proclamação da República em 1910, uma vaga grevista assolou o país logo no Verão de 1974, assistindo-se à invulgar situação do PCP considerar que as greves faziam o “jogo da direita”. Outros conflitos se sucederam nos meses seguintes. Lutou-se por objectivos como aumentos salariais, garantia de emprego ou outra organização do trabalho. Os trabalhadores e a população em geral exprimiram-se em manifestações, reuniões, comissões de muitos tipos¹⁹.

¹⁷ Amaral, Luciano 2015; Lopes, José da Silva 1996; Noronha, Ricardo 2018.

¹⁸ Ver conjunto de testemunhos em *Futuro (O) Era Agora. O Movimento Popular do 25 de Abril* sem data [1994].

¹⁹ Varela, Raquel 2014, Valente, José Carlos 2001.

Para além dos sindicatos, surgiram outras organizações. Nas empresas e nos serviços, formaram-se comissões de trabalhadores, que bastas vezes tinham representação nos órgãos de gestão, fossem eles públicos ou privados, para além de dirigirem mesmo as empresas em autogestão.

Nos campos do Sul, a zona dos latifúndios, os sindicatos organizaram a produção nas novas áreas da Reforma Agrária²⁰. Já no Norte do país, zona sobretudo de minifúndio, os pequenos e médios camponeses e rendeiros reivindicaram aqui e ali novas leis do arrendamento, subida dos preços de compra dos produtos aos camponeses, devolução à população dos baldios; porém, apoiando-se na Igreja Católica, insurgiram-se sobretudo contra as movimentações no mundo rural do Sul que tinham afrontado o direito à propriedade.

Se o poder local foi uma conquista da Revolução, consagrada nas eleições democráticas para os seus órgãos em 1976, logo após o 25 de Abril começaram os melhoramentos locais. Generalizou-se a eletrificação, o abastecimento de água canalizada, o saneamento assim como se construíram vias de comunicação²¹.

Esta dimensão territorial articula-se com a questão da habitação. Nos dias seguintes ao 25 de Abril, alguns bairros sociais por habitar foram ocupados. O novo poder tentou obstar a estas ocupações, mas outras, nomeadamente de habitações devolutas privadas, se seguiram. O problema da habitação levou o governo a lançar o chamado processo SAAL, uma experiência de alojamento das populações mal alojadas em princípio nos locais que habitavam, através de um processo sobretudo de auto-construção, colocando o SAAL os meios técnicos (de arquitectura e secretariado) à disposição da população, colectivamente organizada²².

Anteriormente, já se tinham formado Associações de Moradores e, neste novo contexto, muitas outras se constituíram. Para além de tentarem resolver a questão da habitação, as Comissões de Moradores lutaram pelo apoio à infância (criação de creches e Actividades de Tempos Livres para ocupar as crianças após o horário escolar), por equipamentos desportivos, por espaços verdes, por centros comunitários, por assistência na saúde.

Quer as Comissões de Moradores quer as Comissões de Trabalhadores tentaram coordenar a sua actividade a nível local, regional e mesmo nacional. Para alguns, estas Comissões, chamadas órgãos de “poder popular”, poderiam constituir a base de um outro poder do Estado. Para outros, seriam um complemento, uma realidade independente ou mesmo nefasta.

Neste quadro de valorização do público e do comum, as colectividades e as associações floresceram, nela tendo particular importância as actividades de educação popular, num país com uma taxa de analfabetismo entre a população com mais de 10 anos de 26%.

²⁰ Baptista, Fernando Oliveira 2001.

²¹ Barreto, António (organizador) 1996 e 2000; Barreto, António 2015.

²² Bandeirinha, José António Oliveira 2007; Pinto, Pedro Ramos 2013.

A cultura saía também dos seus palcos habituais, fazendo artistas plásticos e população pinturas murais em ruas e praças, ou representando-se peças de teatro e projectando-se filmes em bairros e em povoações sem cine-teatros; também em escolas e em locais de trabalho se efectuaram estas e outras actividades culturais²³. Num movimento de descentralização, surgiram centros culturais fora de Lisboa e Porto. Não terá sido por acaso que os militares saíram das suas unidades em Campanhas que se chamaram de Dinamização Cultural e Acção Cívica²⁴.

Alargou-se e modificou-se o sistema de ensino. Tentaram-se novas experiências educativas, tendo como denominador comum a saída dos muros das escolas, a valorização do meio e da sociedade. Tiveram os mais variados nomes. Talvez a mais diferente tenha sido o Serviço Cívico Estudantil, que consistiu num ano de actividades a favor da comunidade, situado entre o fim do Ensino Secundário e o início do Superior, que foi inventado para resolver a questão da avalanche de candidatos ao Ensino Superior, logo no regresso às aulas do ano lectivo 1974/1975²⁵.

Porém, num ambiente tão politizado e instável, explodiram as múltiplas organizações e dissidências estudantis, tendo o movimento estudantil perdido a sua antiga força e a sua inclinação à esquerda.

Se grupos de estudantes e outros voluntários se empenharam em campanhas de alfabetização e educação sanitária, os jovens médicos também seguiram um percurso diferente do habitual. Dadas as grandes carências de saúde no país, após o internato, o Estado legislou no sentido de que os médicos desempenhassem um Serviço Médico à Periferia, antes de poderem exercer a sua actividade por conta própria ou por conta de outrem.

No fundo, vários grupos sociais (militares, arquitectos, estudantes, médicos, por exemplo) saíram dos seus espaços habituais

Se, nos últimos minutos, vimos exemplos de movimentos sociais que entusiasmarão boa parte da esquerda, vejamos agora movimentos de teor bem diverso.

Estes movimentos sociais de mais difícil caracterização foram originados por lutas em torno de órgãos da Comunicação Social, a saber, em torno de conflitos ocorridos no jornal *República* e na *Radio Renascença*²⁶. Concretizemos.

O *República* tinha sido um jornal de oposição ao Estado Novo, sendo dirigido por membros do PS. A certa altura, tipógrafos recusaram-se a imprimir o jornal, por discordarem do conteúdo dum artigo, iniciando assim um conflito entre a tipografia, por um lado, e, por outro, a redacção, o director e os proprietários. Os tipógrafos e jornalistas com eles solidários ocuparam o jornal e fizeram-no sair durante algumas

²³ George, João Pedro 2015; Dionísio, Eduarda 1993.

²⁴ Almeida, Sónia Vespeira de 2009.

²⁵ Oliveira, Luísa Tiago de 2004.

²⁶ Santos, Paula Borges 2005; Cádima, Francisco Rui 2001.

semanas. Analisado este caso no Governo, a sua decisão de entregar o jornal ao director não foi cumprida, nomeadamente devido às manifestações de apoio na rua e à solidariedade com os tipógrafos dos militares da esquerda radical para lá enviados para fazerem cumprir as decisões de órgãos do governo.

Quanto à Radio Renascença, pertencia à Igreja Católica. Nela ocorrem vários conflitos laborais originados, segundo os trabalhadores, pela censura praticada pelos proprietários. Um desses conflitos resultou na ocupação da Radio Renascença pelos trabalhadores. Mais uma vez, nas semanas seguintes, o problema ficou por resolver, não tendo a Igreja Católica recuperado a emissora. Os avanços e recuos prolongaram-se por vários meses até que, depois do 25 de Novembro de 1975, o controle da Rádio Renascença voltou definitivamente à Igreja Católica.

Estes dois conflitos, os chamados casos *República* e *Rádio Renascença*, foram entendidos como atentados à liberdade de expressão por uma parte dos partidos e da sociedade portuguesa assim como discutidos internacionalmente. Protestando contra o sucedido no jornal *República* e na *Rádio Renascença*, o Partido Socialista e, depois, o Partido Popular Democrático saíram do governo. Caiu, assim, 4º Governo Provisório e a coligação informal que o integrava. O 5º Governo Provisório, sem PS nem PPD, foi muito breve. Quando o PS e o PPD voltaram a participar no governo, o 6º, ao lado do PCP, já o fizeram com mais ministros – ou seja, a lógica tinha mudado, derivando a composição governamental dos resultados para a Assembleia Constituinte.

Em torno destes casos, verificaram-se verdadeiras competições de manifestações, sendo que muitas delas acabaram a Centro e Norte com assaltos a sedes do PCP, de outros partidos de esquerda, e de sindicatos. Trata-se, pois, de movimentos sociais amplos com uma composição política e social assaz heterogénea.

Finalmente, uma outra movimentação de objectivos bem definidos: mesmo sem ser na sequência de manifestações, verificaram-se assaltos a sedes de organizações de esquerda e explodiram bombas enquanto, no Verão de 1975, os incêndios varriam o país²⁷.

A conflitualidade social e política era uma realidade.

- Costumes

Esta explosão de movimentos sociais ocorreu num tempo de mudança de costumes, entre os quais se podem destacar as relações entre grupos sociais, as relações entre sexos, a nova situação e dignidade da mulher e da criança, os modos de vestir e de estar. As dimensões culturais das mudanças e da vida quotidiana não são estranhas a estes movimentos sociais. Não se devendo reduzir de modo nenhum à política em sentido estrito, o espaço público modificou-se e, com todos estes acontecimentos, a cidadania afirmou-se.

²⁷ Carvalho, Miguel 2017; Tíscar Santiago, Maria José 2014.

. IMPACTO NACIONAL

Para os portugueses, o dia 25 de Abril representa um referente memorial e cívico. Foi um dia de libertação que permitiu a democracia, um país sem guerra nem colónias, europeu e aberto, com conquistas sociais.

Sublinhe-se que o biénio revolucionário quase não teve mortos (pouco mais de dez), sendo a maioria feita pelas forças contra-revolucionárias. Os saneamentos foram moderados. Quanto aos altos dirigentes, apesar de não ter havido um pacto com os novos governantes, ficaram no país ou embarcaram para o estrangeiro. Parte dos membros da polícia política, com o seu rol de crimes e torturas, foi presa preventivamente; quando foram julgados (os que o foram), as penas foram leves e, como contou o tempo de prisão preventiva, acabaram por ser libertados.

. IMPACTO INTERNACIONAL

No dia 25 de Abril e seguintes, Portugal surpreendeu o mundo, que o olhou com interesse e incredulidade, sendo a queda da ditadura notícia em todos os meios de comunicação.

Mais tarde, o fim da guerra colonial também não podia deixar de ser saudado, apesar do temor por parte de algumas forças de que a independência dos territórios coloniais viesse a engrossar a área de influência do bloco de Leste ou dos sectores socialistas do Terceiro Mundo.

Com o avanço do contexto revolucionário, vários grupos olham o país de forma diferente. Por um lado, alguns grupos exprimem grande empatia por alguns aspectos dos movimentos sociais. Por outro lado, como também foi dito, outros poderes e grupos do mundo desconfiam de algumas das rupturas económicas bem como de certas forças políticas, tendo dúvidas sobre a inserção futura de Portugal no mundo bi-polar. Contudo, este processo revolucionário, mesmo com os seus "excessos", foi necessário para o fim da guerra colonial e de algumas estruturas repressivas da ditadura.

De facto, o biénio de 1974-1976 em Portugal constitui um referente a alguns níveis. Na realidade, Portugal experimentou situações novas e alguns dos movimentos sociais constituem uma experiência de participação e de construção de destinos pela população, sendo Portugal um referente de emancipação social.

A força destes movimentos sociais foi unanimemente sublinhada na época e hoje é discutida em obras de História e Ciências Sociais

A razão desta força tem sido objecto de discussão.

Boaventura Sousa Santos chamou a atenção não só para os "acontecimentos político-militares" mas também para a "vasta movimentação social e cultural que

arrebatou os indivíduos, as famílias e os grupos sociais"²⁸. Sustentou que o cunho desses meses adveio desta "criação, ou melhor, [desta] explosão do movimento social popular que se seguiu ao golpe de Estado", caracterizado como "sem dúvida o movimento social mais amplo e profundo da história europeia do pós-guerra", num texto escrito ainda antes da queda do bloco de Leste²⁹.

Na sua caracterização do Portugal em mudança, Philippe Schmitter sublinhou, num contexto de desestruturação do aparelho de Estado, a importância das lutas sociais, cuja dimensão e peso na sociedade portuguesa terão gerado algo que, na época, foi entendido como uma forma alternativa de poder, designada como "poder popular"³⁰. Mais precisamente, afirmou este autor: "em Portugal, (...) a rapidez e imprevisibilidade do colapso do *ancien régime* deixou um vazio para o qual foram arrastados os mais diversos sindicatos, associações de bairro e movimentos sociais. Alguns observadores ficaram tão impressionados com a sua capacidade de mobilização espontânea e com a radicalização das reivindicações que previram a emergência de uma nova forma de dominação política baseada no *poder popular*. Depois de terem sido convocadas e realizadas eleições em Portugal - e depois de ter sido eliminado o último grupo de oficiais radicais -, estas expectativas exageradas desvaneceram-se rapidamente"³¹.

Ao constatarem esta força dos movimentos sociais, por sua vez Rafael Duran Muñoz e Diego Palacios Cerezales atribuíram-na ao colapso do aparelho de Estado e das suas forças da ordem (como as polícias) e à nova estrutura de oportunidades de que os movimentos sociais se aperceberam, avançando com a convicção de que não seriam reprimidos³².

A ruptura existente no 25 de Abril em sentido lato permitia este avanço dos movimentos sociais. O biénio revolucionário representa, assim, uma transição para a democracia por ruptura, sem um pacto entre os velhos dirigentes da ditadura e os novos dirigentes da democracia, ao contrário do que aconteceu por exemplo na vizinha Espanha. É deste modo que parece tratada nas obras de Ciências Sociais.

Sublinhando o papel da revolução portuguesa, Samuel Huntington considera que inaugurou uma nova vaga revolucionária no mundo mediterrânico, na América Latina e na Europa de Leste.

Um outro autor já referido, Philippe Schmitter, particularmente preocupado com o problema da transição do autoritarismo para a democracia, vai um pouco mais longe: entende o 25 de Abril como um momento inaugural duma vaga de democratização mundial, sendo que as anteriores vagas terão acontecido em 1848, após a I Guerra Mundial e após a II Guerra Mundial.

²⁸ Santos, Boaventura de Sousa, Maria Manuela Cruzeiro e Maria Natércia Coimbra 1997, p. 6.

²⁹ Santos, Boaventura de Sousa 1990, p. 27. Encarou-o como expressão da uma crise revolucionária com dualidade de poderes, ou melhor, de impotências entre, por um lado, o Estado e, por outro, o movimento popular.

³⁰ Schmitter, Philippe 1999, pp. 373-401. Apesar da periodização diferente, ver Huntington 1991.

³¹ Schmitter 1999, p. 409 (sem notas). Ver em geral Schmitter 1999, pp. 403-445.

³² Duran Muñoz, Rafael 1997a e 1997b; Palacios Cerezales, Diego 2003.

Mesmo procurando ser mais modesta, uma coisa é certa: o regime franquista em Espanha e o regime dos Coronéis na Grécia acabaram pouco depois. E não é demais sublinhar que as ex-colónias portuguesas avançaram pelos caminhos próprios.

O quadro internacional mudou para Portugal mas também com Portugal.

. A ESPERANÇA COLECTIVA

Para se compreender o sucedido em Portugal, tem de se atender à questão das identidades revolucionárias. Em experiências internacionais com semelhanças, as novas práticas sociais permitiram a criação de identidades revolucionárias. Na abordagem desta problemática da identidade revolucionária, julgo pertinente utilizar o conceito de *espoir*.

Retirei-o da obra *L'Espoir* de André Malraux, cuja primeira edição foi publicada em 1937, em Paris, pelas Editions Gallimard, e do filme que Malraux realizou, em 1938 e 1939, com base no seu romance³³.

Uso o termo *espoir* quando a esperança passa por uma dimensão colectiva, por aquilo que Malraux designou como a "fraternização" dos homens que, apesar de poderem assumir a sua individualidade, encontram um sentido maior de existência na revelação da fraternidade, na partilha da esperança numa sociedade nova, sem desigualdades sociais relevantes, resultante da transformação e ultrapassagem das hierarquias sociais existentes, esperança colectiva esta de algum modo identificada por Malraux com a Vida que o Homem pode escolher entre "a possibilidade infinita do seu destino"³⁴.

Estas obras de Malraux, ambas realizadas durante a Guerra Civil de Espanha, em alturas em que o lado pelo qual André Malraux combateu, com as armas e as artes, e que caracteriza como o do *espoir*, se afigurava já como o lado perdedor, reportam-se a uma das situações-limite do século XX, marcada por um grande envolvimento emocional.

É certo que a conjuntura revolucionária portuguesa não se caracterizou por uma situação tão extremada nem por uma guerra civil. Contudo, afigura-se-me imprescindível atender ao *espoir* para uma real compreensão de algumas das vertentes da época.

Aquando da explosão de movimentos sociais, neles terá havido, nomeadamente na vivência de participantes, uma esperança, que lhes parecia alcançável, de ultrapassar hierarquias sociais anteriores e de construir uma outra sociedade mais igualitária e solidária, esperança esta que aproximou pessoas diferentes, ainda que em tempos de duração bem diversa e por vezes entrecortados pelas mais duras constatações; dito de

³³ Malraux, André 1937; Malraux, André 1996.

³⁴ Malraux 1937, p. 365.

outro modo, terão acontecido espaços de fraternização, com uma dimensão de esperança colectiva, que informaram e foram geradores de múltiplas acções. O *espoir* contribuiria, assim, para explicar o arrebatamento dos indivíduos, das famílias e dos grupos sociais assim como a amplitude e a profundidade dos movimentos sociais, salientados por Boaventura Sousa Santos, ou a dimensão da mobilização e o radicalismo das reivindicações, mencionados por Philippe Schmitter e Rafael Duran Muñoz.

Não se pode generalizar o *espoir* a toda a sociedade portuguesa. Porém, é indiscutível que ocorreram práticas organizativas, políticas, sociais, culturais e quotidianas novas. As inovações surgidas, mesmo as de vida breve, proporcionaram uma iluminação súbita, cujo rasto ficou na memória e na sociedade, abrindo futuros.

A estética e a ética da revolução difundidas mostram este *espoir*.

Os cravos vermelhos que saem da boca das metralhadores (em vez de balas) simbolizam o carácter pacífico do 25 de Abril e a alegria da libertação, dando mesmo o nome à Revolução, internacionalmente conhecida como “Revolução dos Cravos” / Carnation Revolution / Révolution des Oeillets. Maria Helena Vieira da Silva também pintou estes cravos vermelhos nos seus célebres quadros “A Poesia está na Rua” cujo título vem da poetisa Sophia de Mello Breyner.

Por seu turno, a canção *Grândola Vila Morena*, de José Afonso, com parte coral, ouvida e cantada em coro nas associações de Lisboa e áreas próximas, evoca, pela sua letra e pelo modo de cantar, o povo e as terras de Sul, com grandes lutas sociais desde 1910. Representando um referente do reportório de intervenção, sendo sinal do arranque do movimento militar, tornou-se, na prática, o hino da Revolução³⁵.

Tal como os cravos vermelhos, a canção *Grândola* ergue-se como símbolo da Revolução e elemento fundador da estética do 25 de Abril.

Grândola que, por acaso, encontrei e ouvi numa exposição sobre “5 Canções que Mudaram a História” num Museu em Bremen, na Alemanha. *Grândola* que podemos ouvir em reportagens televisivas sobre movimentos sociais recentes na Grécia e em Espanha ou numa campanha eleitoral em França. *Grândola* entoada há poucos anos em protestos sociais como na altura da permanência da Troika em Portugal e, no ano que corre, nos desfile, sessões e festas sobre o 25 de Abril.

Grândola, vila morena
Terra da fraternidade
O povo é quem mais ordena
Dentro de ti, ó cidade

Dentro de ti, ó cidade
O povo é quem mais ordena
Terra da fraternidade
Grândola, vila morena

³⁵ Contreiras, Carlos de Almada 2014: Guerreiro, Mercedes e Jean Lemaître 2014.

*Em cada esquina, um amigo
Em cada rosto, igualdade
Grândola, vila morena
Terra da fraternidade*

*Terra da fraternidade
Grândola, vila morena
Em cada rosto, igualdade
O povo é quem mais ordena*

*À sombra duma azinheira
Que já não sabia a idade
Jurei ter por companheira
Grândola, a tua vontade*

*Grândola a tua vontade
Jurei ter por companheira
À sombra duma azinheira
Que já não sabia a idade*

Arrisco dizer que é também a percepção desta esperança colectiva, patente na utilização social nos cravos e na Grândola, que leva à dimensão e multiplicidade das comemorações do 25 de Abril bem como contribui para explicar o impacto nacional e internacional da revolução de 1974.

Luísa Tiago de Oliveira
Departamento de História
Centro de Estudos e Investigação em Sociologia
(ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa)

Conferência Virtual *O 25 de Abril de 1974 em Portugal e no Mundo* na Sociedade de Geografia de Lisboa, organizada pela Associação Internacional de Paremiologia e pela Sociedade de Geografia de Lisboa, proferida a 2021/04/23. A versão inglesa foi proferida na Universidade de Oslo, numa sessão organizada pela Universidade de Oslo e pelo Instituto Camões, a 2018/04/25.

Bibliografia

Geral

Cardoso, José Luís (coordenação) (2015), *Olhando Para Dentro. 1930-1960*, volume 4 da *História Contemporânea de Portugal. 1808-2010*, dirigida por António Costa Pinto e Nuno Gonçalo Monteiro, Lisboa, Fundación MAPFRE e Penguin Random House Grupo Editorial.

Ferreira, José Medeiros (1994), *Portugal em Transe (1974-1985)*, volume 8 da *História de Portugal* dirigida por José Mattoso, Lisboa, Editorial Estampa / Círculo de Leitores.

Pinto, António Costa (coordenação) (2015), *A Busca da Democracia. 1960-2000*, volume 5 da *História Contemporânea de Portugal. 1808-2010*, dirigida por António Costa Pinto e Nuno Gonçalo Monteiro, Lisboa, Fundación MAPFRE e Penguin Random House Grupo Editorial.

Reis, António (coordenação) (1994), *Portugal. 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores / Estampa.

Reis, António, Maria Inácia Rezola e Paula Borges Santos (coordenação) (2016), *Dicionário do 25 de Abril*, 6 volumes, Porto, Figueirinhas.

Santos, Boaventura de Sousa, Maria Manuela Cruzeiro e Maria Natércia Coimbra (1997), *O Pulsar da Revolução*, Porto, Afrontamento.

Telo, António José (2007 e 2008), *História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à Actualidade*, volumes I e II, Lisboa, Editorial Presença.

Específica

Afonso, Aniceto (2014), “Caracterização Sociológica do Movimento dos Capitães (Exército)”, in Luísa Tiago de Oliveira (organizadora), *Militares e Política: o 25 de Abril*, Lisboa, Estuário, pp. 21-39.

Almeida, Sónia Vespeira de (2009), *Camponeses, Cultura e Revolução. As Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do M. F. A. (1974-1975)*, Lisboa, Colibri.

Amaral, Luciano (2015), “O Processo Económico”, in António Costa Pinto (coordenação), *A Busca da Democracia. 1960-2000*, volume 5 da *História Contemporânea de Portugal. 1808-2010*, dirigida por António Costa Pinto e Nuno Gonçalo Monteiro, Lisboa, Fundación MAPFRE e Penguin Random House Grupo Editorial, pp. 81-110.

Araújo, António (2019), *Morte à Pide. A Queda da Polícia Política no Estado Novo*, Lisboa, Tinta-da-China.

Bandeirinha, José António Oliveira (2007), *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra, Imprensa da Universidade.

Baptista, Fernando Oliveira (2001), “O 25 de Abril, a Sociedade Rural e a Questão da Terra”, in J.M. Brandão de Brito (coordenação), *O País em Revolução*, Lisboa, Editorial Notícias, pp. 133-207.

Barreto, António (2015), “População e Sociedade”, in António Costa Pinto (coordenação), *A Busca da Democracia. 1960-2000*, volume 5 da *História Contemporânea de Portugal. 1808-2010*, dirigida por António Costa Pinto e Nuno Gonçalo Monteiro, Lisboa, Objectiva e Fundación MAPFRE, pp. 113-143.

- Barreto, António (organizador) (1996), *A Situação Social em Portugal. 1960-1995*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- Barreto, António (organizador) (2000), *A Situação Social em Portugal. 1960-1999*, 2º volume, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- Brito, J. M. Brandão de (coordenação) (2001), *O País em Revolução*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Cådima, Francisco Rui (2001), “Os Media na Revolução (1974-1976)” in J.M. Brandão de Brito (coordenação), *O País em Revolução*, Lisboa, Editorial Notícias, pp. 321-358.
- Carvalho, Miguel (2017), *Quando Portugal Ardeu. Histórias e Segredos da Violência Política no Pós-25 de Abril*, Lisboa, Oficina do Livro.
- Carvalho, Otelio Saraiva de (1977), *Alvorada em Abril*, Lisboa, Portugalia.
- Contreiras, Carlos de Almada (2014) “Grândola, Vila Morena. Cinco Instantes para uma Canção”, in Luísa Tiago de Oliveira (organizadora), *Militares e Política: o 25 de Abril*, Lisboa, Estuário, pp. 11-17.
- Contreiras, Carlos de Almada (coordenação) (2017), *Operação Viragem Histórica: 25 de Abril 1974*, Lisboa, Colibri.
- Dionísio, Eduarda (1993), *Títulos, Acções, Obrigações (Sobre a Cultura em Portugal, 1974-1994)*, Lisboa, Salamandra.
- Duran Muñoz, Rafael (1997a), *Acciones Colectivas y Transiciones a la Democracia. España y Portugal, 1974-1977*, Madrid, Centro de Estudios Avanzados en Ciencias Sociales.
- Duran Muñoz, Rafael (1997b), “Radicalización Obrera en la Revolución de los Claveles. Percepción de la Oportunidade” in *Ler História* nº 32, pp. 83-116.
- Faria, Ana Mouta (2014), “A Descolonização: Libertação dos Presos Políticos e Extinção da PIDE/DGS nas Colónias de África”, in Luísa Tiago de Oliveira (organizadora), *Militares e Política: o 25 de Abril*, Lisboa, Estuário, pp. 105-122.
- Ferreira, José Medeiros (1992), *O Comportamento Político dos Militares: Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*, Lisboa, Estampa.
- Futuro (O) Era Agora. O Movimento Popular do 25 de Abril* [1994], Lisboa, Edições Dinossauro, sem data.
- George, João Pedro (2015), “A Cultura”, in António Costa Pinto (coordenação), *A Busca da Democracia. 1960-2000*, volume 5 da *História Contemporânea de Portugal. 1808-2010*, dirigida por António Costa Pinto e Nuno Gonçalo Monteiro, Lisboa, Objectiva e Fundación MAPFRE, pp. 145-191.
- Gomes, Bernardino e Tiago Moreira de Sá (2008), *Carlucci vs Kissinger. Os EUA e a Revolução Portuguesa*, Lisboa, D. Quixote.
- Guerreiro, Mercedes e Jean Lemaître (2014), *Grândola Vila Morena. A Canção da Liberdade*, Lisboa, Edições Colibri.
- Huntington, Samuel (1993), *The Third Wave. Democratization in the Late Twentieth Century*, Norman, University of Oklahoma Press.

Jerónimo, Miguel Bandeira e António Costa Pinto (2014), *Portugal e o Fim do Colonialismo. Dimensões Internacionais*, Lisboa, Edições 70.

Lopes, José da Silva (1996), *A Economia Portuguesa desde 1960*, Lisboa, Gradiva.

Macqueen, Norrie (1998), *A Descolonização na África Portuguesa*, Mem Martins, Editorial Inquérito.

Malraux, André (1937), *L'espoir*, Paris, Gallimard.

Malraux, André (1996), *Espoir. Sierra de Teruel. Scénario du film*, [Paris], Gallimard.

Noronha, Ricardo (2018), *'A banca ao serviço do povo'. Política e Economia durante o PREC (1974-75)*, Lisboa, Imprensa de História Contemporânea.

Oliveira, Luísa Tiago de (2004), *Estudantes e Povo na Revolução. O Serviço Cívico Estudantil (1974-1977)*, Oeiras, Celta Editora.

Oliveira, Luísa Tiago de (2014a), "O 25 de Abril, a Marinha e uma Rede Clandestina" in *Resistência e/y Memória - Perspectivas Ibero-Americanas*, coordenado por Paula Godinho, Inês Fonseca e João Baía, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa pp.105-121. Acessível em <http://hdl.handle.net/10362/16123>.

Oliveira, Luísa Tiago de (2014b), "O Fim da PIDE/DGS e a Libertação dos Presos Políticos", in Luísa Tiago de Oliveira (organizadora), *Militares e Política: o 25 de Abril*, Lisboa, Estuário, pp. 78-102.

Oliveira, Luísa Tiago de (organização) (2014c), *Militares e Política: o 25 de Abril*, Lisboa, Estuário.

Palácios Cerezales, Diego (2003), *O Poder Caiu na Rua. Crise de Estado e Acções Colectivas na Revolução Portuguesa (1974-1975)*, Imprensa de Ciências Sociais.

Pinto, António Costa (2001), *O Fim do Império Português. A Cena Internacional, a Guerra Colonial e a Descolonização, 1961-1975*, Lisboa, Livros Horizonte.

Pinto, Pedro Ramos (2013) *Lisbon Rising. Urban Social Movements in the Portuguese Revolution, 1974-1975*, Manchester University Press, 2013.

Pires, Rui Pena (2003), *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, Oeiras, Celta Editora.

Prova (A) do Tempo. 40 anos de Constituição (2016), Lisboa, Assembleia da República.

Rezola, Maria Inácia (2006), *Os Militares na Revolução de Abril. O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia (1974-1976)*, Lisboa, Campo da Comunicação.

Rezola, Maria Inácia (2007), *25 de Abril. Mitos de uma Revolução*, Lisboa, A Esfera dos Livros.

Rezola, Maria Inácia e David Castaño (2021), *Conselho da Revolução 1975 – 1982. Uma Biografia*, Lisboa, Edições 70.

Rosas, Fernando (2013), *Salazar e o Poder. A Arte de Saber Durar*, Lisboa, Tinta-da-China.

Rosas, Fernando (2019), *Salazar e os Fascismos. Ensaio Breve de História Comparada*, Lisboa, Tinta-da-China.

Santos, Boaventura de Sousa (1990), *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto, Afrontamento.

Santos, Boaventura Sousa (organização) (2004), *A Fita do Tempo da Revolução. A Noite que Mudou Portugal. Amadeu Garcia dos Santos, José Eduardo Sanches Osório, Nuno Fisher Lopes Pires, Otelio Saraiva de Carvalho, Vítor Crespo*, Porto, Afrontamento.

Santos, Paula Borges (2005), *Igreja Católica, Estado e Sociedade, 1968-1975. O Caso Rádio Renascença*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Schmitter, Philippe (1999), *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Teixeira, Nuno Severiano (2014), "Portugal no Mundo", in António Costa (coordenação) (2015), *A Busca da Democracia. 1960-2000*, volume 5 da *História Contemporânea de Portugal. 1808-2010*, dirigida por António Costa Pinto e Nuno Gonçalo Monteiro, Lisboa, Fundação MAPFRE e Penguin Random House Grupo Editorial, pp. 57-68.

Tíscar Santiago, Maria José (2014), *A Contra-revolução no 25 de Abril. Os "Relatórios António Graça" sobre o ELP e AGINTER PRESS*, Lisboa, Edições Colibri.

Varela, Raquel (2014), *História do Povo na Revolução Portuguesa 1974-75*, Lisboa, Bertrand Editora.

Valente, José Carlos (2001), "O Movimento Operário e Sindical (1970-1976): entre o Corporativismo e a Unicidade", in J.M. Brandão de Brito (coordenação), *O País em Revolução*, Lisboa, Editorial Notícias, pp. 209-251.